

Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, presidente desta solenidade, em nome do qual cumprimento aos presentes.

Acompanham-me as lembranças de Jefferson Quesado, meu pai, e Vicente Quesado, meu tio, advogados militantes, meus guias, com os quais iniciei a advocacia.

Ao presente surge minha mãe, Susie Tabosa Quesado, querida e amada, por todos os filhos e netos.

Junte-se a eles, Redna, Mel e Lela fechando-se o círculo de amor.

Ao meu Deus, e o de cada um de vós, agradeço por viver esta vida.

Minhas Senhoras, meus senhores:

Aprovado em concurso de títulos e provas, ingressei nos quadros da assistência judiciária aos necessitados para exercer as funções de advogado de ofício, onde militei entre 1979 e 1989. À época, cada profissional, atendia em média 20 pessoas/dia, confeccionando-se as mais diversas peças [iniciais, contestações, requerimentos, apelações etc]. A figura do imprescindível estagiário já era conhecida.

A Chefia e o Setor de atendimento aos jurisdicionados ficavam na garagem/depósito do antigo Fórum Clóvis Beviláqua, na Praça da Sé, cujas condições materiais e de trabalho eram, no mínimo, insalubres.

O que se via era a necessidade premente, por parte das pessoas que ali se socorriam, da busca de um direito perdido, fosse ele alimentar, pessoal ou patrimonial, cuja tentativa de justiça rápida esbarrava em todos os obstáculos possíveis, quer materiais, quer humanos.

Hoje, lamentavelmente, tudo continua, quase, como dantes, apesar dos computadores, internets e processos eletrônicos.

A justiça prossegue lenta. Há uma demora inexplicável no processo de conhecimento. A execução, apesar de todas as ferramentas disponíveis, às vezes, para, pasmem, à falta de simples despacho judicial.

Ademais, é desumano o sistema de precatório, que só beneficia à Fazenda Pública, tornando interminável a busca de qualquer crédito por parte do cidadão.

Aprendi na boa escola, ser possível trabalhar rápida e corretamente, jamais perdendo tempo com filigranas. Localizado o problema, a ele deve-se aplicar o legítimo tratamento.

Trouxe esse aprendizado para a magistratura, praticando-o por onde andei e, em especial, na 7ª vara do trabalho desta Capital. Logicamente, dependia [como ainda dependo] de uma equipe, a contar: o colega auxiliar, o diretor de secretaria, a chefe de audiência e, especialmente, os assistentes, divididos, entre aquele dos despachos ordinários e afins, e o de execução. Consegui, durante 19 anos, manejar aquela unidade judiciária de forma a atender aos jurisdicionados rapidamente.

Não lhes digo do acerto das minhas decisões, mas, sim, da solução aos problemas apresentados, procurando, desse modo, reduzir as tensões entre os litigantes.

Diria, sou um simples solucionador de demandas.

Tempos passados. Tempos vividos. Só ficam – por manejo da mente humana – as boas lembranças da 7ª Vara do Trabalho de Fortaleza, e são essas que carrego.

Ser juiz, às vezes difícil o é. Devemos nos encontrar atentos às ilusões passageiras do cargo, às pabulagens daqueles que nos cercam e à sensação de onipotência que, muitas vezes, a caneta nos dá.

Um dos primeiros sintomas desse tipo de encantamento é o tratamento vertical dedicado aos seus semelhantes, esquecendo-se da sua própria condição de ser humano. Deve, pois, a prática ser combatida, pois, como lembra Calamandrei:

"Os juízes também são pobres criaturas sujeitas às gastralgias. E, sob a aparente impassibilidade da toga, escondem com frequência a angustiante luta de quem procura sufocar, sem deixar que nada transpareça, os caprichos de suas entranhas irrequietas." [Eles, os juízes, vistos por um advogado - Martins Fontes – São Paulo – 2000 – p. 311].

E', portanto, o magistrado um ser igual aos seus semelhantes, padecendo não só dos direitos e obrigações inerentes à coletividade, mas, também, dos mesmos males corporais.

Ademais, não pode o juiz perder o seu norte-julgador, jamais ultrapassando os limites permitidos na lei e admitidos na moral.

Se, de um lado, o magistrado não deve ser fraco, como Pilatos, que lavou as mãos com tanta rapidez, de outro, não pode ser duro e insensível, como os áulicos do Rei Afonso no episódio de Inês de Castro [Um sacerdote da justiça – José Juca Neto - ABC Editora – p. 62/63].

Ou seja, ao decidir, deverá o julgador ser humano, descartando qualquer tipo de fraqueza e insensibilidade, resolvendo cada caso, como se fosse o único, pois, só assim, estará fazendo, o que chamamos de devida justiça.

Chego, hoje, ao fim da carreira de Juiz Titular de Vara e ao início de outra, a de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho, encontrando um novo rumo da atividade judicante, onde é maior o contato com os autos, e menor com partes e advogados.

Afirmo-lhes, alfim, continuarei a decidir conforme as minhas convicções, mantendo, como minha única obrigação, o cumprimento das leis.

Muito obrigado.